

# Lopes acha que estagflação demora

Arquivo 20.02.89

O economista Francisco Lopes, da Macrométrica, previu ontem, durante o seminário de comemoração dos 25 anos do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social (Ipea), que a inflação a ser assumida pelo próximo Governo, em março de 1990, será seguramente superior a 50% ao mês. Apesar disso, ele acha preferível o atual Governo ir "tocando o barco" do que se aventurar em novas decisões de impacto que, uma vez fracassadas, trariam o risco de uma hiperinflação.

O combate decisivo à inflação, segundo Chico Lopes, deve ser feito no início do próximo governo no auge da sua credibilidade, e deve seguir uma receita que é consenso entre os economistas, envolvendo ajuste fiscal, ajuste monetário e reforma do Estado. Para o economista, entretanto, o mais importante é começar tudo pelo ajuste monetário, e não pelo ajuste fiscal (corte de despesas e aumento de receitas).

## Desindexar

O ajuste monetário será capaz de reduzir drasticamente a utilização da "quase-moeda" no Brasil (títulos públicos e papéis privados com grande liquidez), desindexando a economia e transformando a política monetária de passiva em ativa. Este ajuste monetário, segundo Francisco Lopes, também gerará um efeito positivo na redução do déficit público, através de um ganho no giro da dívida pública a um nível baixo de inflação.

Chico Lopes diz que o Brasil vive hoje num mundo pior do que o da hiperinflação. "Esse, pelo me-



**Lopes critica ação drástica**

nos, é de curta duração, sempre que é atingido. O mundo em que vivemos, contudo, o da estagflação (inflação alta sem crescimento econômico), é muito mais perverso, porque é prolongado, e pode se manter indefinidamente".

Segundo Chico Lopes, o ajuste fiscal requerido para equilibrar hoje as finanças públicas teria de ser capaz de viabilizar uma economia de recursos (elevação de receita e redução de despesas) entre 5 a 9%

do PIB. Se precedido de um ajuste monetário, contudo, esse impacto seria reduzido drasticamente.

## Decálogo

Um outro expositor no seminário de ontem do Ipea, o economista Roberto Cavalcanti, atualmente professor da Escola Superior de Guerra (ESG), traçou a agenda da década de 90 no seguinte decálogo: 1) instituição de uma estrutura democrática de planejamento e decisão; 2) regulamentação do sistema de Planejamento idealizado pela nova Constituição, que ele considera bastante confuso; 3) elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento; 4) restabelecimento das funções do Estado e do setor privado; 5) inter-relações entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal) de forma mais harmonizada; 6) estabelecimento de uma convivência mais harmônica entre o Executivo e o Legislativo; 7) reorganização da Administração Pública; 8) modernização das empresas estatais; 9) maior controle da sociedade sobre o Estado; e 10) maior eficiência na gestão político-administrativa.

Já o economista Eustáquio Reis, técnico do Ipea, propôs como contraponto ao processo de privatização de alguns setores, a reestatização de alguns setores vitais, incluindo entre eles a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Vale do Rio Doce. Ele disse achar um absurdo essas empresas terem ações entregues ao setor privado, servindo de mola especulativa nas bolsas. "O Estado deve ter 100% das ações dessas empresas", ressaltou.